

As Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha. Arqueologia e história da sua construção

*Orlindo Jorge**

*Pedro Redol***

As chamadas Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha, mandadas construir por D. Duarte, para seu panteão familiar, e continuadas, tanto quanto é possível presumir, pelo infante D. Pedro, por D. Afonso V e por D. Manuel I, que, por fim, abandona a ideia de aqui se fazer sepultar, não sem antes determinar, por testamento, a sua conclusão, apenas parcialmente efectivada por D. João III, constituem um dos edifícios a um tempo mais notáveis e menos estudados do estaleiro batalhino. O seu portal monumental, cujo projecto é atribuído a Mateus Fernandes, tem sido o principal foco de atenção, enquanto obra pioneira da arquitectura manuelina, e a tribuna que o sobrepuja, voltada para o octógono, uma fonte de perplexidade quanto à autoria do respectivo desenho. Ambas as obras parecem surgir do nada, como, aliás, várias outras na história da arte de Portugal, de que nos basta referir os painéis de Nuno Gonçalves. No caso do portal principal da igreja da Batalha, Jean-Marie Guillouët conseguiu já resgatar a estirpe franco-catalã da correspondente arquitectura e escultura¹, devendo-se manifestar preocupação afim quanto à génese das obras acima referidas². Antes disso, porém, é necessário fazer o balanço da investigação mais recente sobre o programa ou os programas

* Voluntário do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (área de investigação)

** Técnico superior do Mosteiro de Santa Maria da Vitória

¹ Jean-Marie Guillouët, "Santa Maria da Vitória de Batalha (Portugal). L'art européen à ses confins", in *Revue de l'Art*, 168 (2010/2012), p. 31-44.

² Esta questão foi afluada no nosso artigo "Arquitectura civil da Batalha: três janelas notáveis", in *Cadernos de Estudos Leirienses*, nº 4, (Maio 2015), p. 293-312.

artísticos para as Capelas Imperfeitas e sobre a sua concretização atribuída para depois proceder a uma nova análise do próprio edifício³.

Estado da questão

O contributo mais significativo para o estudo formal e construtivo das Capelas Imperfeitas, até ao momento, encontra-se na dissertação de doutoramento de Ralf Gottschlich relativa ao Mosteiro da Batalha, apresentada em 2000 à Universidade Técnica de Dresden e publicada, com alguns complementos importantes, em 2012⁴. Aí se descreve a fortuna crítica do edifício quanto à data do projecto e ao início da construção (definitivamente, a partir de 1437), analisa-se e discute-se a sequência construtiva do mesmo, incluindo o átrio de ligação à igreja, com base na análise detalhada da arquitectura.

Lembrando que foi Walter Crum Watson quem primeiramente defendeu, em 1908, dever a ligação à igreja vir a fazer-se através da demolição das absides das colaterais adjacentes à capela-mor, Gottschlich defende com vários argumentos que o átrio correspondente estava projectado desde início, a saber: a ligação sem emendas das paredes norte e sul às capelas radiantes, as bases e feixes dos pilares e as bases das edículas (fig. 1). Acrescenta que a ligação através das capelas colaterais podia ser reforçada por portais idênticos ao que, na igreja, dá acesso à Capela do Fundador e que certamente terá sido um portal deste tipo que existiu no lugar daquele que depois Mates Fernandes construiu. Simultaneamente demonstra, pela mudança de feixes de pilar contínuos para feixes entrelaçados – a menor altura nos muros norte e sul do que na fachada do grande portal –, que este terá sido concluído no âmbito do primeiro projecto, a atribuir a Huguet pela modinatura dos elementos arquitectónicos. Relativamente às edículas dos muros norte e sul, acrescenta que “os capitéis e as arquivoltas são, ao invés,

³ Privilegiaremos aqui as obras anteriores a D. João III, uma vez que destas nos ocupámos já no artigo referido na nota anterior, p. 307-312. Quanto à época manuelina, daremos a dianteira a assuntos relacionados com a construção mais do que com a iconografia.

⁴ Ralf Gottschlich, *Das Kloster Santa Maria da Vitória in Batalha und seine Stellung in der iberischen Sakralarchitektur des Mittelalters*, Hildesheim/Zurique/Nova Iorque, Olms Verlag, 2012, p. 243-285. Esta obra foi já objecto de duas recensões críticas em Portugal, respectivamente por Virgolino Jorge, na revista *Medievalista Online*, n.º 15 (Janeiro-Junho 2014), e por Peter Kurmann, na revista *Lusitania Sacra*, 2ª série, t. XXIX, (Janeiro-Junho 2014), p. 258-263.

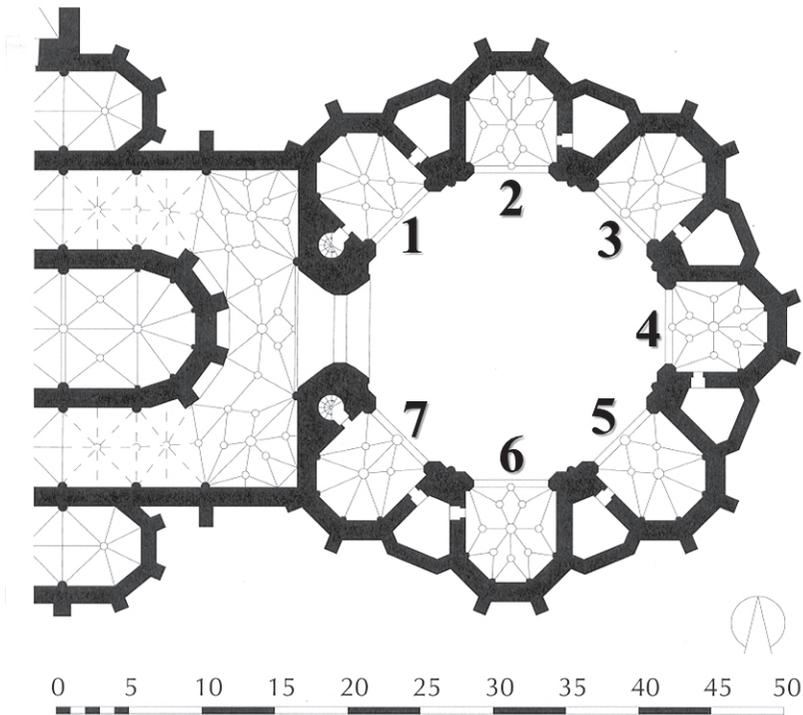


Fig. 1 – Planta das Capelas Imperfeitas e da sua ligação hipotética à igreja, segundo Ralf Gottschlich.

elementos da segunda fase⁵ (isto é, de Mateus Fernandes). No que se refere ao conjunto das capelas radiantes, considera que, na época de Huguet e do seu seguidor Martim Vasques, o edifício estaria acabado provavelmente apenas até à altura das estruturas em forma de cunha que medeiam entre as mesmas e que esta fase de construção teria durado cerca de dois anos. Postula, por fim, que a abóbada do octógono deveria arrancar pouco acima dos arcos das capelas radiantes e assemelhar-se a sistemas de cobertura como o da sala do capítulo.

No que diz respeito ao impacto da vontade régia na prossecução e no ritmo da construção, bem como às mudanças que a programação arquitectónica das Capelas Imperfeitas sofreu, o estudo de Gottschlich enferma do conhecimento deficiente da documentação escrita, chegando a apoiar-se no

⁵ Ralf Gottschlich, *Op. cit.*, p. 275.

testamento de D. Duarte (citando Albrecht Haupt) de cuja existência não se tem conhecimento. Quanto a D. Afonso V, afirma que, “durante o seu reinado parece, no entanto, não ser o avanço do edifício digno de nota”⁶, não considerando, porém, o conteúdo fundamental do respectivo testamento. Este défice resulta claramente do desconhecimento da língua portuguesa, tanto quanto o desconhecimento do contributo de Gottschlich se tem devido ao geral desconhecimento da língua alemã por parte dos historiadores de arte nacionais.

Em 2007, Nuno Senos volta ao tema do átrio e da sua ligação primeva à igreja, ainda que colateralmente, uma vez que o foco da sua investigação é a obra de João de Castilho e de Miguel de Arruda⁷:

«O projecto funerário de D. Duarte estava ainda incompleto quando o monarca e o seu arquitecto morreram, ambos no ano da graça de 1438. As paredes tinham subido até ao arranque das abóbadas dos absidiolos e, embora seja indubitável (como adiante se verá) que uma ligação entre a capela e a igreja propriamente dita tenha estado prevista desde o início, tal ligação não estava, ao que tudo indica, sequer iniciada. A capela oitavada permaneceu assim, incompleta, durante os reinados seguintes, de D Afonso V (r. 1438-1481) e D. João II (r. 1481-1495).»⁸

Também na dissertação de doutoramento apresentada por Catarina Fernandes Barreira à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, em 2010, e num artigo que a autora dedicou às gárgulas das Capelas Imperfeitas, em 2014⁹, são abordadas as campanhas de obras deste edifício, com o fim de afinar a cronologia do objecto principal de estudo, explorando a documentação escrita e cruzando-a com as circunstâncias que, a par e passo, condicionaram o estaleiro de uma forma original. Daqui decorrem significativas hipóteses de reprogramação da afectação pessoal das várias capelas e do espaço central ao uso sepulcral, a grande motivação, afinal de contas, para a conclusão da obra.

⁶ *Idem*, p. 282.

⁷ Nuno Senos, “João de Castilho e Miguel de Arruda no Mosteiro da Batalha”, in *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, nº 2 (Julho 2001), p. 10-45.

⁸ *Idem*, p. 15.

⁹ Catarina Fernandes Barreira, “O Mosteiro de Santa Maria da Vitória e a vocação moralizante das gárgulas do Panteão Duartino”, in *D. Duarte e a sua Época: Arte, Cultura, Poder e Espiritualidade*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 185-210.

Desta forma, Catarina Barreira propõe que o projecto e a abertura dos caboucos sejam datados de meados de 1437, tendo em conta o documento desse ano que refere a aquisição de terreno para a construção do edifício. O octógono seria ocupado pelo casal régio – D. Duarte e sua mulher –, ao passo que as sete capelas albergariam os respectivos sete filhos, ficando excluído o primogénito, futuro D. Afonso V. Em 1438, “uma pequena parte das paredes já estaria levantada”, tendo o octógono sido “erigido no prolongamento do eixo longitudinal da igreja, o que nos leva a crer que estaria previsto, desde a aquisição do dito chão fronteiro à capela-mor da igreja, a sua ligação à cabeceira da mesma”¹⁰.

À morte de Huguet e durante a regência de D. Pedro, a obra terá prosseguido sem interrupções sob a direcção de Martim Vasques, até ao próprio falecimento deste, dez anos mais tarde, a que se segue o conflito de Alfarrobeira, com consequências na mobilização e ulterior penalização de vários efectivos do estaleiro, não certamente sem consequências de impasse. Entre Agosto de 1449 e 1451, D. Afonso V visita o Mosteiro da Batalha por várias vezes e concede cartas de perdão a diversos oficiais das suas obras, cabendo a direcção das mesmas a Fernão de Évora, desde a morte de seu tio Martim Vasques. Durante a direcção deste mestre, que termina em 1477, ter-se-iam levantado as paredes até à altura das abóbadas das capelas radiantes, permanecendo por construir a abóbada do átrio e a ligação à igreja. No seu testamento, o rei refere-se ao panteão como lugar definitivo de sepultura e ao capítulo como lugar provisório. Conforme tinham já admitido outros autores, o reinado de D. João II não terá conhecido obra de pedraria, o que se viria a reflectir num primeiro grande impasse na edificação do panteão. Aliás, desde 1477 até 1490, o estaleiro foi conduzido por mestres vidreiros, período em que terá sido dada prioridade à produção e colocação de vitrais nos edifícios já maioritariamente concluídos.

Catarina Barreira faz ainda notar que à subida ao trono de D. Manuel, em 1495, corresponde, na documentação e até 1499, um incremento considerável da obra com a confirmação dos privilégios dos respectivos oficiais. A autora nega uma cronologia anterior àquela data para a capela cujas chaves de abóbada exibem a heráldica de D. João II e sua mulher, argumentando com o desinteresse patente no testamento deste monarca em relação a um lugar específico de sepultura, bem como com o tempo que D. Manuel levou a efectivar a

¹⁰ *Idem*, p. 188.

trasladação dos seus restos mortais. É proposta, por fim, uma reprogramação dos lugares de sepultura, passando a caber a D. Manuel o lugar central e sendo D. Duarte deslocado para a capela diametralmente oposta ao portal, conforme provam as suas armas nos fechos da abóbada correspondente.

Arqueologia da construção

As hipóteses de Ralf Gottschlich, Nuno Senos e Catarina Barreira quanto à sequência construtiva das Capelas Imperfeitas e do seu átrio serão aqui revistas com base numa análise mais fina do edificado.

Nas duas edículas do átrio, certamente destinadas a túmulos¹¹, os capitéis são todos, à primeira vista, manuelinos. De facto, os ábacos com intersecções de volumes côncavos e convexos são típicos desta época. Porém, no aspecto do cesto e do colarete, o capitel poente da edícula norte distingue-se de todos os restantes: a folhagem, túrgida, está disposta helicoidalmente e o colarete é notoriamente mais desenvolvido. Nos restantes três capitéis, a folhagem disposta na vertical e o colarete fino obedecem ao modelo flamejante consagrado na Batalha. A comparação destes capitéis com os das edículas



Fig. 2 – À esquerda, capitel manuelino da edícula norte. À direita, capitel flamejante da edícula sul cujo ábaco foi adaptado ao gosto manuelino, tendo sido introduzido um novo elemento, em cima à direita, cujas juntas se assinalam. As setas indicam os vestígios de formas rectilíneas do ábaco e do topo do cesto flamejante.

¹¹ Esta suposição baseia-se na relação que se verifica entre as edículas tumulares, os nichos de apoio à celebração litúrgica e o espaço destinado a altares e retábulos, nas capelas radiantes do panteão de D. Duarte, devendo situar-se os altares, no caso das edículas do átrio, nas paredes a nascente, em relação visual com as naves laterais da igreja como se de uma projecção dos altares das colaterais se tratasse. Naturalmente esta interpretação põe em causa a ideia de Catarina Barreira, já referida, quanto ao programa funerário de D. Duarte.

das capelas radiantes permitiu verificar que a sua altura é idêntica, excepto no que respeita ao ábaco, mais baixo e também reentrante. Uma observação mais atenta revelou vestígios de formas rectilíneas no topo do cesto e na parte de baixo do toro côncavo do ábaco, acusando a subtracção de pedra para o adaptar a um novo gosto (fig. 2). O perfil da construção realizada nas paredes norte e sul do átrio, durante o primeiro período, tendo em conta as características dos pilares já assinaladas por Gottschlich, é, por consequência aquele que se apresenta nas figs. 3 e 4.

Verifica-se ainda, de acordo com aquele autor, que a parede em que se rasga o portal foi levada praticamente até ao ápice, conforme mostra o pilar norte, o qual pertence inteiramente à primeira época, tendo apenas o pilar sul sido acabado em feixe entrelaçado. O número de colunelos – quatro por pilar – permitia uma abóbada idêntica à do deambulatório da Capela do Fundador que se acomoda a uma geometria similar, podendo prever-se janelões congêneres dos do corpo exterior deste edifício.

No topo interior da edícula sul, encontra-se gravada, em caracteres góticos, a inscrição “p(er)fectum fuit anno d(omi)ni mb^cix” (fig. 5)¹². Segundo o Cardeal Saraiva, a inscrição repete-se na edícula oposta, em caracteres romanos¹³, tendo sido tapada pela estrutura de madeira da porta que ali se instalou durante os restauros da segunda metade do século XIX, para onde



Fig. 3 – Parede norte do átrio. Linha divisória entre a construção flamejante e a manuelina.

¹² A crítica paleográfica desta inscrição e a comprovação da respectiva autenticidade deve-se ao Doutor Saul António Gomes, a quem aqui deixamos o nosso sincero agradecimento.

¹³ Fr. Francisco de S. Luís, “Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha”, in *Memorias da Academia Real das Sciencias*, t. X, 1827, p. 32.



Fig. 4 – Parede sul do átrio. Linha divisória entre a construção flamejante e a manuelina.

terá sido transposta em pintura. A inscrição a que temos acesso permite constatar que a edícula foi concluída em 1509. Nuno Senos atribui os janelões que se rasgam acima destas edículas a João de Castilho, como solução de compromisso encontrada pelo arquitecto entre a linguagem tardogótica e a de um embrionário classicismo¹⁴, defendendo que o desalinhamento dos janelões em relação às edículas se ficou a dever à configuração da abóbada cuja construção Castilho, sem dúvida, levou a cabo.

Independentemente do facto de edículas do mesmo tipo, na Capela do Fundador, onde não se observam soluções de continuidade projectual e construtiva, não

obedecerem a qualquer tipo de alinhamento com as aberturas que as sobrepõem, é necessário admitir que a localização das janelas seria sempre condicionada por um sistema de cobertura reforçado nos cantos NE e SE, conforme requererem as cargas impostas pelos arcobotantes cuja construção se tornou imprescindível em face da perspectiva de abrir as colaterais. Assim, julgamos poder presumir que a localização dos janelões, se não fizesse já parte do primeiro projecto, pelo menos datava dos primórdios da introdução do manuelino.

Mateus Fernandes morre em 1515, concluindo certamente os pilares do átrio, isto é, elevando as suas paredes até à altura máxima, à volta de 1509-1510, anos em que se regista um número mais elevado de pagamentos no estaleiro da Batalha, conforme notou já Catarina Barreira¹⁵. Neste contexto, seriam de atribuir à sua traça os janelões, cujas bandeiras apresentam motivos afins das do Claustro Real, não fosse o desenho inusitado do topo dos mesmos, resultante da intersecção de segmentos de recta (figs. 3 e 4). En-

¹⁴ Nuno Senos, *Op. cit.*, p. 20 e 25.

¹⁵ Catarina Barreira, *Op. cit.*, p. 197.

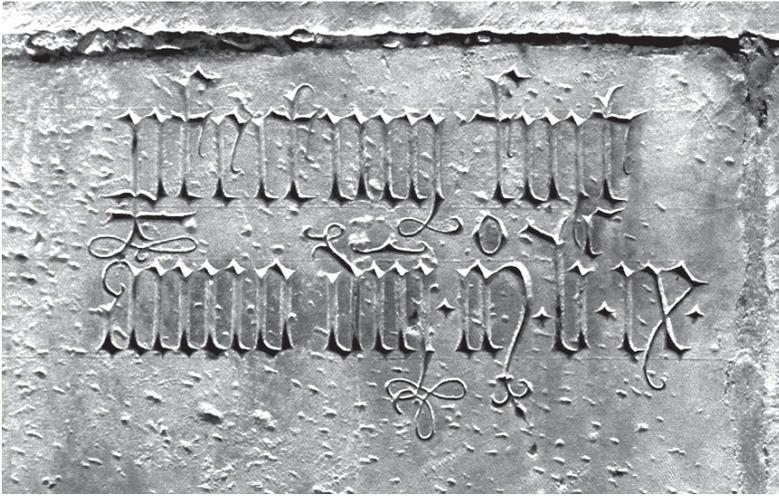


Fig. 5 – Inscrição da edícula sul.

contramos maior afinidade aqui com obra atribuída a Boytac, por exemplo, no portal ocidental da Sé da Guarda ou em algumas janelas da nave de Santa Cruz de Coimbra. Da presença deste mestre nas obras da Batalha não se conhece actualmente qualquer documento. No entanto, o Cardeal Saraiva assinala o seu nome em documentos de 1509, 1512, 1514 e 1519, que pôde ainda ler no cartório conventual¹⁶. Por outro lado, sabemos que Boytac residiu na Batalha, onde tinha propriedade, tendo sido genro de Mateus Fernandes e seu par na avaliação de obras importantes. A própria solução de trompas nos cantos NE e SE da abóbada do átrio é conhecida da obra atribuída a este arquitecto (v.g. capela-mor da igreja do Convento de Jesus de Setúbal), tendo podido por ele ser antecipada. Em todo o caso, a obra dos janelões não se pode inscrever no que da abundante obra de João de Castilho conhecemos.

*

Passamos à análise do octógono e das suas capelas. Para maior facilidade de exposição, numeramos estas de 1 a 7, em sentido horário, começando na capela adjacente ao grande portal, a nordeste (ver fig. 1, p. 303).

O talhe de aduelas de aberturas da primeira época de construção das Capelas Imperfeitas, isto é, do período flamejante, no Mosteiro da Batalha sobe, com frequência, acima da moldura do arco respectivo, acompanhando-

¹⁶ Fr. Francisco de S. Luís, *Op. cit.*, p. 19.

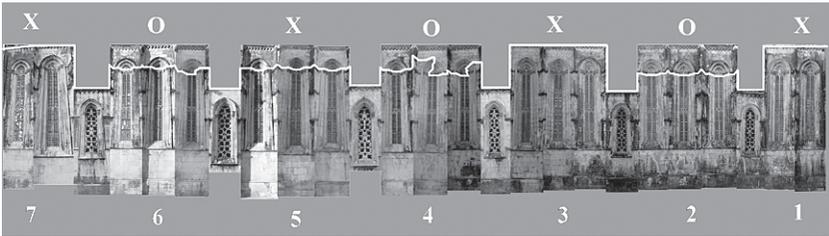


Fig. 6- Alçado exterior planificado das Capelas Imperfeitas, mostrando a linha divisória entre a construção flamejante e a manuelina. X- tipo de abóbada mais antigo; O- tipo de abóbada mais recente.

-o. Este tipo de solução desaparece na época manuelina. Uma tal ocorrência e a tipologia dos capitéis permitem distinguir com bastante rigor onde acaba a obra de uma época e começa a de outra (fig. 6).

A capela n.º 7 apresenta, exteriormente, a tipologia de juntas e capitéis, bem como uma cornija (cuja originalidade é atestada por uma fotografia publicada em 1868, portanto anterior ao restauro¹⁷) da primeira época. No interior, todos os elementos são do mesmo período, não existindo o friso manuelino que, em outras capelas, bordeja o encosto da abóbada aos muros. A abóbada é do mesmo tipo da da capela-mor da igreja, embora as nervuras não sejam de secção triangular. Os seus perfis regressam à tipologia da fase radiante da Batalha. Nas chaves vêem-se armas reais idênticas às de algumas chaves do Claustro de D. Afonso V, anteriores à reforma de D. João II. Assim, é possível datar a capela n.º 7 do período que vai de 1437 a 1477¹⁸, ou seja, até ao final do reinado de D. Afonso V, sendo a abóbada mais próxima desta última data.

A capela n.º 1 repete o que se disse em relação à n.º 7, com a diferença de que as chaves com esfera armilar, cruz de Cristo e vegetação exuberante datam a conclusão da abóbada da época manuelina. A sua construção teria sido iniciada provavelmente já no período anterior, uma vez que não existe qualquer decoração no encosto das abóbadas com os muros.

Em situação análoga encontra-se a capela n.º 3, em cuja abóbada um conjunto de chaves manuelinas gravita em torno do escudo real anterior à reforma heráldica de D. João II, com vestígios de policromia, cujas flores-de-

¹⁷ Charles Thurston Thompson, *The Sculptural Ornament of Batalha in Portugal. Twenty Photographs with a Descriptive Account of the Building*, Londres, 1868, fotografia n.º 20.

¹⁸ A reforma heráldica de D. João II data de 1485, mas, como se viu, em 1477, o estaleiro da Batalha já era dirigido por um mestre vidreiro, depreendendo-se que a obra de pedraria estaria parada.

-lis foram suprimidas.

De todas as capelas referenciadas com número ímpar, aquela que devia estar mais atrasada no primeiro período construtivo era a n.º 5: todos os capitéis, tanto exteriores como interiores, são flamejantes, mas as juntas dos arcos são cingidas às aduelas, isto é, da segunda fase. Repete-se a tipologia de construção da abóbada, apesar de a mesma ser excepcionalmente exuberante com as suas chaves exibindo o escudo real, o de D. Leonor, mulher de D. João II, o pelicano e o camaroeiro.

A construção das capelas que referenciamos com número par seguiu na retaguarda de todas as restantes. A n.º 6 seria a mais avançada no final da primeira época. No exterior, os capitéis das janelas central e poente são inteiramente flamejantes, possuindo a janela nascente um capitel de cada época e apresentando um elemento anelar manuelino na moldura exterior, do lado do capitel do mesmo período, de tipologia idêntica ao que se observa nas edículas do átrio. Os arcos são todos do segundo período, mantendo o modelo flamejante, com exceção do arco interno, dentro do edifício, que de ogiva passa sintomaticamente a arco de volta perfeita. A cornija exterior cria uma alternativa enriquecida ao modelo da primeira fase utilizado nas capelas de número ímpar.

A grande novidade nas capelas de que agora nos ocupamos é o sistema de abobadamento: desaparece a cruzaria de ogivas, dando lugar a arranques duplos, nervuras e chaves secundárias. Este tipo de abóbada surge provavelmente pela primeira vez, em Portugal, na capela que designámos com o n.º 6, sendo de cronologia próxima da da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Póculo, atribuível igualmente a Mateus Fernandes¹⁹. Extraordinária, no contexto ibérico, é a chave central pendente que com as da capela anteriormente descrita e com a nova tipologia construtiva levanta a questão da origem da formação do arquitecto²⁰. Voltaremos a este assunto na conclusão do artigo. As chaves periféricas mostram a esfera armilar, a cruz de Cristo e o ramo de boninas, divisa de D. Maria, segunda mulher de D. Manuel.

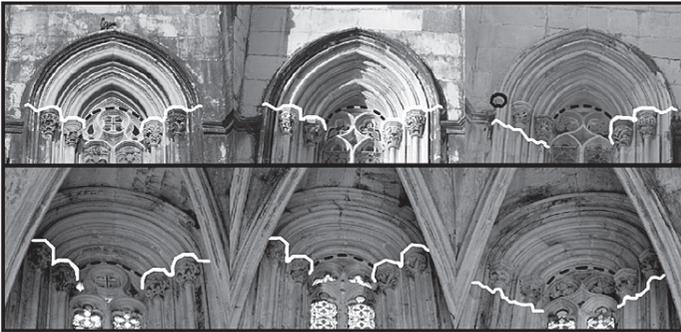
Na capela referenciada com o número 4, os capitéis exteriores são das duas épocas nas três janelas, com a particularidade de os ábacos flamejantes terem sido adaptados ao gosto manuelino. As chaves da abóbada representam, além das omnipresentes esfera armilar e cruz de Cristo, as divisas

¹⁹ Ricardo Silva, "A abóbada da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Póculo das Caldas da Rainha. Construção e filiação", in *Artis*, 5 (2006), p. 105-124.

²⁰ Idem, "A obra tardo-gótica do Mestre Mateus Fernandes nos finais do século XV e os primeiros anos do século XVI", in www.convergencias.esart.ipcb.pt/artigo/86; acedido em 24.10.2014.



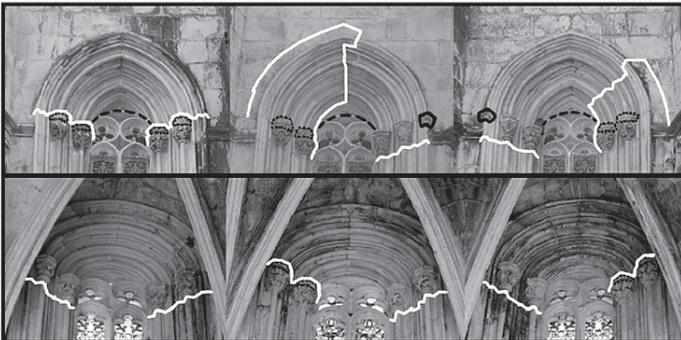
7



6



5



4

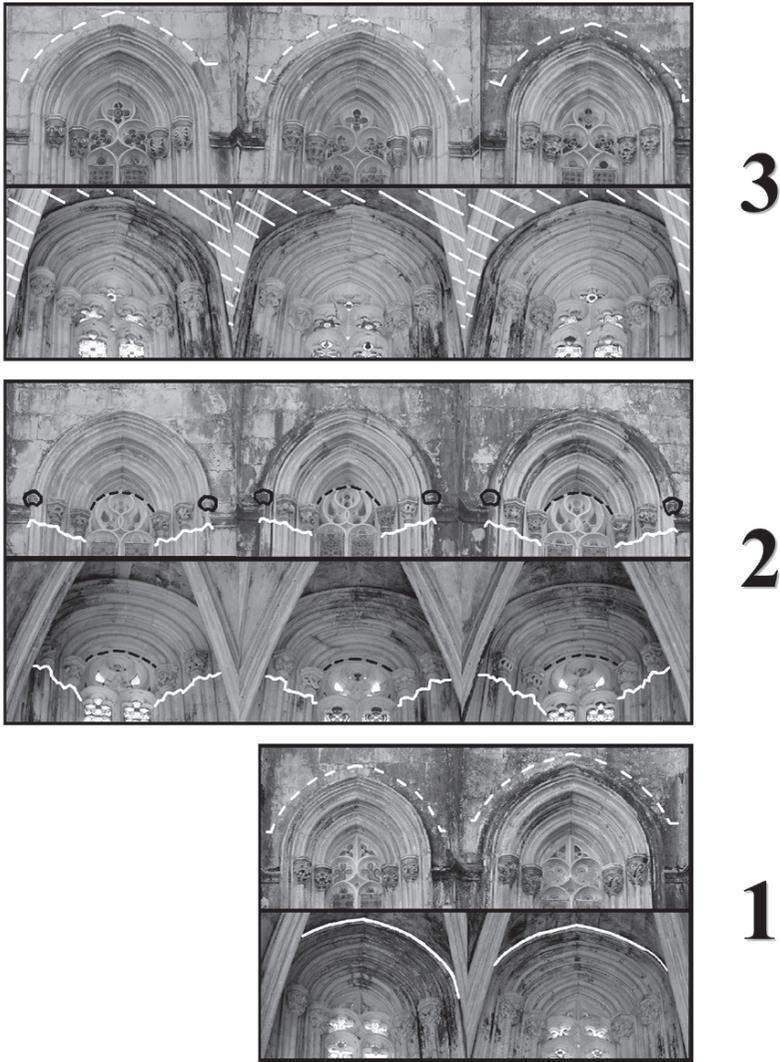


Fig. 7a (pág. anterior) e **7b** – Vistas exteriores e interiores das aberturas das capelas radiantes (prevalece a ordem da vista exterior, com cada vista interior alinhada com a correspondente exterior, recorrendo para tal à disposição em negativo). *Linha branca* – divisão entre a construção flamejante e a manuelina. *Tracejado a branco* – topo das aduelas flamejantes. *Tracejado a preto* – elementos manuelinos. *Trama branca* – abobadamento flamejante.

de D. Duarte e D. Leonor de Aragão.

A capela n.º 2 era a mais atrasada antes da primeira interrupção das obras. Todos os capitéis são já manuelinos, sendo a única que, na moldura externa de to-

das as janelas exteriores, apresenta o elemento anelar visto nas edículas do átrio.

A fig. 7 ilustra os momentos construtivos de cada capela radiante.

Algumas conclusões e comentários

O estudo efectuado confirma que o panteão mandado construir por D. Duarte possuía, desde o início da sua construção, um átrio de ligação à igreja. A sua configuração em planta e em alçado, além da obra ulterior (abóbada e arcobotantes de João de Castilho), mostra que se projectou a demolição das absides das colaterais adjacentes à capela-mor. Sob a direcção, durante uma década, pelo menos, de Martim Vasques, ficou praticamente terminado o muro poente talvez já com um primeiro portal e as paredes norte e sul, até à altura dos capitéis das edículas. Os trabalhos foram retomados aproximadamente a partir de 1495 por Mateus Fernandes, possivelmente coadjuvado por Boytac, que levou todas as paredes até ao nível das abóbadas, demolindo certamente o primeiro portal para construir aquele hoje se conhece.

As capelas do panteão foram todas iniciadas na primeira fase, tendo sido levantadas três delas até à altura das abóbadas (n.ºs 1, 3 e 7) e as restantes quatro (n.ºs 2, 4, 5 e 6) até à altura dos capitéis das janelas. A capela n.º 7 foi totalmente abobadada, antes de 1477, certamente sob a direcção de Fernão de Évora. Relativamente às capelas n.ºs 1 e 3, podemos admitir que as respectivas abóbadas foram começadas pouco antes de 1477 e concluídas não muito tempo após 1495. Nas capelas concluídas mais recentemente, fizeram-se adaptações ao novo gosto em capitéis, molduras e cornijas, e sobretudo inovou-se ao nível dos sistemas de abobadamento. Mateus Fernandes optou por respeitar o sistema escolhido na primeira fase, as chamadas *voûtes plates*, idênticas às da capela-mor da igreja, fazendo-o alternar com abóbadas estreladas de sete pontas que prescindem da cruzaria de ogivas. Na primeira fase, está documentada, em todo o caso, a construção alternada de abóbadas (para se ter a sequência completa falta apenas a da capela n.º 5), certamente uma estratégia de distribuição de cargas durante o processo de edificação.

Aquilo que Gottschlich propôs ter sido projectado inicialmente como uma abóbada estrelada²¹ é defendido tanto pela configuração dos pilares que se vêem entre as mesmas como por anterior obra do projectista sobre idêntica

²¹ O autor propõe a implantação da abóbada a pouca altura do ápice das capelas radiantes. Porém,

base geométrica, tendo dado lugar, com Mateus Fernandes, a uma torre lanterna de amplos janelões separados por poderosos contrafortes, perfurados por caminho de ronda, que avançam sobre as abóbadas dos espaços entre capelas, numa retórica que remete para a arquitectura militar como acontece com outros exemplos do período, de que basta mencionar a igreja do convento de Tomar. Dela fazem parte os torreões junto às capelas n.ºs 1 e 7 que são caixas de escada, ainda que tivessem vindo a ser tratados por Castilho. A abóbada que Mateus Fernandes escolheu para esta sua reformulação do panteão, agora de D. Manuel, era congénere das que construiu de raiz nas capelas radiantes, conforme demonstram os respectivos arranques de duas nervuras apenas.

Do ponto de vista das funções funerárias a dar ao espaço, a análise realizada permite, por um lado, verificar, nomeadamente pelos testemunhos heráldicos, que D. Manuel destinou a D. Duarte a capela com mais imediata visibilidade (n.º 4), devendo o próprio ser tumulado no octógono central, e, por outro lado, deixa supor que D. Afonso V tomou medidas concretas, além do que estipulou no testamento, para ficar sepultado numa das capelas radiantes.

A origem da arte do primeiro mestre das Capelas Imperfeitas é conhecida, podendo-se, mesmo assim, apreciar com algum espanto a solução que escolheu de agregar várias capelas, como que desenvolvendo o tema da cabeceira da igreja, não fora a preocupação de harmonização que lhe conhecemos das obras de conclusão da igreja e do Claustro Real. Donde procede, porém, o génio de Mateus Fernandes? Na vizinha Castela, a primeira abóbada estrelada de dois arranques, com dezasseis chaves secundárias, que conhecemos é a da Capela do Condestável, em Burgos, projectada e construída por Simão de Colónia, entre 1484 e 1494²². Para uma cobertura tão extensa, talvez esta fosse a opção mais adequada. Tanto a solução de Caldas da Rainha, datada entre 1495 e 1505²³, como a de Burgos procedem de fontes centro-europeias. Neste ponto, embatemos, uma vez mais, como aconteceu com tantos outros investigadores, no problema da formação de Mateus Fernandes, que desconhecemos por completo. O que aconteceu ao arquitecto quando foi afastado do cargo de mestre de obras da Batalha e substituído por João Rodrigues, em 1480?²⁴ Terá Mateus Fernandes viajado para outro ou

parece-nos mais provável que Huguet tivesse preconizado um corpo central elevado, à maneira de torre lanterna, solução pela qual optara já na Capela do Fundador.

²² Núria Dalmases, "La España gótica", in *Historia del Arte de España* (dir. Xavier Barral i Altet), s. I., Lunberg Editores, 1996, p. 162.

²³ Ricardo Silva, *Op. cit.*, p. 109-110, 124.

outros estaleiros da Península ou fora dela como já sugeriu Rafael Moreira?²⁵ As abóbadas de chaves pronunciadamente pendentes das capelas que referenciamos com número par, únicas em Portugal e sem termo de comparação na restante Península, torna esta questão mais premente.

Por se encontrar bem delimitado, o período de construção correspondente ao reinado de D. João III não é objecto deste artigo. No entanto, não podemos deixar de noticiar a descoberta da inscrição “1548 anos”²⁶ (fig. 8) que, sob a forma de grafito de cor negra, se lê no topo da caixa de escada adjacente à tribuna, do lado sul. Faz parte das últimas fiadas de silhares deste período, abaixo das pedras dos restauros do séc. XIX. Admitindo que seja da autoria de um obreiro, a data é tardia, se se tiver em conta que a decoração exterior de contas e fechos é a mesma do projecto que, já antes, atribuímos a João de Castilho²⁷. Esta circunstância vem defender a ideia, por um lado, de que um projecto podia ser continuado, sem quaisquer alterações formais, muito tempo após a cessão de funções do respectivo projectista, e, por outro lado, de que os grafitos de cor escura são datáveis do século XVI.

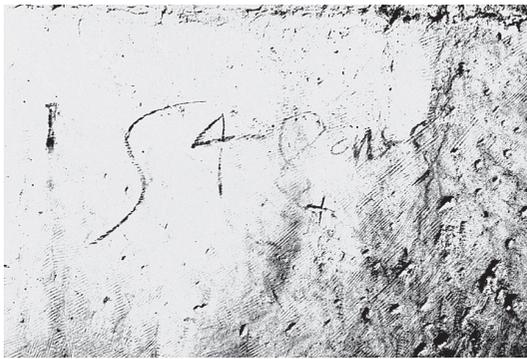


Fig. 8 - Grafito de cor negra com a inscrição “1548 anos”.

²⁴ Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, lv. 32, fl. 111 (1480, Agosto, 15, Vila Viçosa); publicado por GOMES, Saúl António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, vol. II, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 326.

²⁵ Rafael de Faria Domingues Moreira, “A arquitectura do Renascimento no sul de Portugal. A encomenda régia entre o *moderno* e o *romano*”, dissertação de doutoramento em história da arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 44-45.

²⁶ A crítica paleográfica desta inscrição e a comprovação da respectiva autenticidade deve-se ao Doutor Saul António Gomes, a quem aqui deixamos o nosso sincero agradecimento.

²⁷ *Op. cit.*, p. 310-312.